



Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R382	Religião e sociedade [recurso eletrônico] : hegemonia ou submissão / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-685-0 DOI 10.22533/at.ed.850190710 1. Religião e política. 2. Religião e sociologia. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 291.177
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Compreender o paradoxo da constituição de nosso espaço público republicano, que ao laicizar o Estado criou relações privilegiadas com a Igreja católica é crucial para se compreender a organização do campo religioso brasileiro. Interseções. O Campo religioso brasileiro. até meados do século XX, assim como a natureza das novas transformações acentuadas a partir da década de 1960 (inclusive aquelas ocorridas no seio do próprio catolicismo). Pode-se dizer que, durante a primeira metade do século XX, o espaço público republicano destinado às religiões foi desenhado sob a hegemonia das instituições católicas, que contaram com a simpatia e a cumplicidade de inúmeras esferas do Estado. O que ocorreu a partir da segunda metade do século XX é que a Igreja Católica passou a perder sua posição hegemônica e sofreu enorme desgaste. Tal instituição inauguraria uma abertura diplomática em relação aos “povos não-crentes” e passaria a admitir o esforço pelo reconhecimento das religiões não ocidentais e de outros ramos do cristianismo, mesmo aqueles gerados dentro de suas próprias estruturas de outrora, e expurgados como expressão do paganismo ou do diabo. A partir de então, estratégia convencional de combate direto a outros cultos, já sem eficácia, abriu caminho para que outros cultos disputassem a legitimidade de sua presença no espaço social. O enfraquecimento da hegemonia católica criou assim condições para que a liberdade religiosa viesse a ser uma experiência social de mais amplo espectro (ALMEIDA & MONTERO, 2000:328-330). Em muitas nações católicas, a passagem para a segunda metade do século XX foi um momento marcado pelo desejo das próprias comunidades católicas locais de uma ampla reforma litúrgica. Isso se traduziu nos primeiros esforços efetivos tomados durante o pontificado de Pio XII (1939-1958) de aproximação com os grupos afastados da Igreja e da fé, e, assim, de um maior diálogo com as religiosidades nativas e populares, abrindo a possibilidade de um melhor entendimento com outras religiões.

Apesar da multiplicidade de planos que perpassam a experiência histórica que levou até o Concílio Vaticano II, incluindo aí questões particulares da Igreja romana e da Igreja Católica no Brasil, as principais linhas de força da primeira metade do século XX que influíram na caminhada até ele podem ser resumidas em cinco mudanças fundamentais: um novo posicionamento da Igreja diante da modernidade e do mundo; uma alteração profunda na compreensão do conceito de “leigo”, que levou a uma participação mais efetiva do povo na vida da Igreja; uma renovação eclesial e litúrgica aproximando clero e fiéis; a intensificação da participação e organização comunitária na Igreja e a guinada em direção a um discurso conciliador com a realidade da diversidade religiosa. Dessa forma, pode-se definir esse percurso histórico como um esforço renovador da Igreja Católica; inicia-se durante o fim da primeira metade do século XX, ganhando maior intensidade e densidade ao longo da década de 1950, até culminar na ocorrência do Concílio Vaticano II. Essa atitude inovadora, embora só se

estabeleça efetivamente após o Concílio Vaticano II, emergiu como uma alternativa à defesa da fé católica em termos apologéticos, característica do episcopado brasileiro durante toda a primeira metade do século XX. Portanto, em relação às outras religiões e às “religiosidades populares”, a grande inovação promovida pelo Concílio Vaticano II foi a passagem de uma atitude combativa, em contraposição às outras vertentes religiosas, para uma atitude de relativa compreensão e diálogo. Essas e outras profundas inovações convergentes no Concílio Vaticano II não se instalaram de forma imediata na sociedade, e também não foram decididas sem conflitos. Vários modelos eclesiológicos estavam em jogo. A abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo e com as outras religiões ocorreu num período de maior aprofundamento das transformações em trânsito no século XX, e conseqüentemente de um profundo deslocamento do lugar na religião e da cristandade nas sociedades. No caso de muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, a cristandade deixaria de ser o eixo estruturante do conjunto social, para que agora tivesse que “conquistar com suas próprias forças um espaço, a partir da consciência individual, não obstante sua marginalização na vida pública” (MATOS, 1997:341). Esse processo de mudanças históricas instaladas pelo Concílio Vaticano II ainda permanece em andamento, com retrocessos e avanços eventuais, de forma que mais de 40 anos depois ainda seja difícil prever ou mensurar o impacto efetivo e definitivo das propostas lançadas pelo Concílio. Campo religioso brasileiro na contemporaneidade? Creio que o melhor equacionamento de tal questão só é possível utilizando-se como lente de análise de estudos a Sociologia da Religião contemporânea, que, de alguma forma, encontram como denominador comum as questões pioneiramente propostas por Simmel, que no início do século XX indagou qual seria o papel ocupado pela religião em meio às transformações da sociedade moderna. A busca hoje do pertencimento a manifestações religiosas “populares”, notadamente expressões coletivas da fé, pode também ser interpretada como busca individual pela transcendência ou espiritualidade por meio dos elementos mágico-afetivo-sensitivos presentes em tais cultos/festejos e consoante os atributos da mística: suas dimensões coletivas (e muitas vezes festivas) permitem também o contato direto com o universo do sagrado sem a obrigação de intermediações hierárquicas ou ritos inflexivelmente estruturados, em grande parte através de recursos rituais permeados pela música, pela dança ou pela teatralidade. São formas de agradar tanto aos sentidos, quanto a Deus, aos santos ou entidades sagradas. Além disso, a relação com o universo do sagrado dá-se tanto individual como coletivamente, no prazer transcendente do contato consigo e com o outro. Assim, pode-se dizer que hoje manifestações religiosas “populares” ganham novo sentido de existência diante das profundas mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro, pois, em sua dinamicidade, reúnem aspectos da comunidade, da igreja e da mística, permitindo o multipertencimento da religiosidade transversal contemporânea, seja ele concomitante ao catolicismo, ao kardecismo ou aos terreiros. Além disso, a pertença a tais manifestações e a notoriedade pública proporcionada

por ela constitui também capital cultural individual e coletivo, que possibilita (auto) afirmação identitária e pertencimento a um grupo (mesmo que flexível), além da atribuição a tais manifestações do status de patrimônio cultural.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IGREJA CATÓLICA: SEXUALIDADE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Monica Soares	
Paulo Rennes Ribeiro Marçal	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Fernando Sabchuck Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.8501907101	
CAPÍTULO 2	12
A FUNÇÃO ECLESIAL DOS CARISMAS EM 1COR 12	
Marcela de Jesus Dias	
Vicente Artuso	
DOI 10.22533/at.ed.8501907102	
CAPÍTULO 3	20
ITINERÁRIO DA SINODALIDADE NA IGREJA: DAS ORIGENS DA IGREJA À VOLTA ÀS FONTES DO VATICANO II	
Pedro Paulo das Neves	
DOI 10.22533/at.ed.8501907103	
CAPÍTULO 4	38
ECOFEMINISMO: EM DEFESA DA DIGNIDADE DAS MULHERES E DA NATUREZA	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8501907104	
CAPÍTULO 5	49
AS BASES FILOSÓFICAS DA VISÃO NA CONTEMPORANEIDADE A RESPEITO DE DEUS	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907105	
CAPÍTULO 6	60
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. PASTORAIS SOCIAIS NA DIOCESE DE JOINVILLE – ANOS 1960-1990	
Rebecca Wuerz Balsanelli	
Rita de Cássia Pacheco	
Clélia Peretti	
DOI 10.22533/at.ed.8501907106	
CAPÍTULO 7	71
FUNDAMENTALISMOS, INTOLERÂNCIAS E LAICIDADES: A RELIGIOSIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907107	

CAPÍTULO 8	82
MARIOLOGIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO: A MARIA DAS 'PRÉDICAS AOS CANUDENSES	
Izaias Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907108	
CAPÍTULO 9	90
PERSEGUIÇÃO CONTRA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA AUMENTA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Flávia Abud Luz	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907109	
CAPÍTULO 10	99
RELIGIÃO E A POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O ELEITORADO EVANGÉLICO	
Leandro Ortunes	
Silvana Gobbi Martinho	
Tathiana Senne Chicarino	
DOI 10.22533/at.ed.85019071010	
CAPÍTULO 11	104
UM REFORMADOR BRASILEIRO NO BRASIL IMPERIAL	
Raimundo Nonato Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071011	
CAPÍTULO 12	116
OS CONTORNOS DA TÉCNICAS DE SI NA SEXUALIDADE E NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Maria Regina Momesso	
Fernando Sabchuk Moreira	
Andreza de Souza Fernandes	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Valquiria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071012	
SOBRE A ORGANIZADORA	130
ÍNDICE REMISSIVO	131

A IGREJA CATÓLICA: SEXUALIDADE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Monica Soares
Paulo Rennes Ribeiro Marçal
Isabel Cristina Correa Cruz
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza de Souza Fernandes
Fernando Sabchuck Moreira

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a posição política da Igreja Católica em relação a sexualidade no período da Ditadura Militar no Brasil. Em 1964, aconteceu a Marcha da Família com Deus pela liberdade, na qual grupos católicos se manifestam contra o governo Goulart que é deposto dias depois pelos militares. O plano cronológico estabelecido data de 1964, ano do estabelecimento do novo governo. Parte da hierarquia católica expressou apoio à ação militar que levou à derrubada do presidente João Goulart até o final da década de 1970, quando a igreja e sua hierarquia ficou mais unificada, adotando oposição clara ao regime civil militar. Utilizando uma pesquisa bibliográfica documental, foi possível concluir que a necessidade de preservar os interesses institucionais, como a proteção de seus membros, a manutenção de sua posição de independência em relação ao governo e, sobretudo, a necessidade de preservar o patrimônio, a autoridade e poder de liderança.

A participação católica, foram decisivos na condução das ações da hierarquia católica, representada no país pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

PALAVRAS-CHAVE: Igreja. Regime Civil-Militar. CNBB. Religião. Política.

INTRODUÇÃO

“O Golpe de 1964”, de Carlos Fico, onde o autor busca abordar o golpe em si enfatizando os momentos dramáticos vividos pelo Brasil no final de março e início de abril daquele ano demonstrando como o “golpe” virou “ditadura”, isto é, como o evento de março de 1964 tornou-se o inaugurador do mais longo regime autoritário do Brasil republicano; e a obra “Ditadura Brasileira”, de Marco Antônio Villa, onde o pesquisador busca desmistificar a ditadura brasileira, tanto em sua duração como em seus efeitos, narrando a história desse período apontando os excessos que levaram à perseguições, torturas e mortes, mas pontuando também as diferentes fases que esse regime teve em seus 21 anos de duração .

Ao analisar a constituição do movimento homossexual brasileiro, os antropólogos Júlio Simões e Regina Facchini (2009) identificam o

processo de politização das identidades sexuais e de gênero que tinha como mote de sua atuação política o seguinte pressuposto: o pessoal é político¹. Questionando a moralidade conservadora quanto aos costumes, afetos e desejos, os chamados “movimentos identitários”, como o movimento negro, movimento gay e lésbico e principalmente as feministas, “avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade” (RAGO, 1998, p. 91).

Para Marcelino (2011,p.22), memória construída sobre os anos da ditadura, de modo geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura que existia no período. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como a sexualidade e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida a história política da ditadura .

Fico (2013, p. 469). Todavia, entendo que tal designação é uma escolha política, na medida em que acentua e denuncia a participação e colaboração de setores da sociedade civil em torno da manutenção de uma histórica ordem de gênero fundamentada na heteross sexualidade compulsória e na marginalização e exclusão das chamadas “minorias sexuais”. Fico (2004), ressalta que o golpe que encerrou o governo Goulart em 1964, embora tenha sido liderado pelos militares, contou com a participação de vários setores da sociedade civil, tais como: empresários nacionais e estrangeiros, membros da hierarquia do clero católico, latifundiários, setores da imprensa e intelectuais conservadores. Nesse universo de retorno as temáticas referentes à Ditadura Militar Brasileira, esse artigo busca evidenciar de forma breve o papel que a Igreja Católica teve nesse período histórico, buscando entender principalmente a mudança de postura de um discutível apoio inicial a um centro de oposição ao regime. Defende-se que a necessidade de preservar interesses institucionais foi o determinante para esta mudança, bem como a bandeira de defesa dos seus componentes e de sua doutrina foi o elemento que conduziu as ações da Hierarquia Católica no momento em que a mesma via seus membros e sua autoridade ameaçada pelo governo civil militar.

Para fundamentar teoricamente a argumentação recorreremos a conceitos weberianos, especialmente a definição que o mesmo faz de Igreja enquanto Instituição, e os princípios que a mesma deve defender. No que tocante a metodologia foi utilizada a investigação bibliográfica-documental, fundamentando a argumentação. Utilizou-se também com significativo peso a narrativa, pois segundo Hobsbawn (1991), quando o historiador a utiliza de forma problematizadora, fugindo do tradicional enfoque positivista e factual, ela produz resultados muito positivos. Para entendemos melhor o posicionamento da Igreja em relação ao Governo Civil Militar no Brasil, precisa-se conceituar primeiro o que denominamos de Igreja Católica. Reis (2003) destaca que sob esta denominação encontra-se presente uma grande variedade de ordens,

movimentos e ideais muitas vezes, antagônicos.

Uma definição mais específica do termo Igreja é encontrada na obra de Weber (2001), que o relaciona diretamente ao Catolicismo. Igreja seria, portanto, uma instituição que herda a hierarquia greco-romana e evidencia uma organização cósmica do mundo, onde Deus é o cume. Neste sentido o mundo material é superado pelo espiritual, e a Igreja realiza a ligação entre esses dois mundos. Adentrando nessa conceituação de Igreja Institucional, Mainwaring (1989) a define como uma estrutura religiosa hierarquizada que tem como objetivo maior propagar sua mensagem religiosa. Contudo, dependendo da percepção que se tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição em relação a outras religiões, influência no Estado e na sociedade, o número de seus adeptos e sua situação financeira.

No intuito de preservar seus interesses organizacionais, o catolicismo se envolveu ao longo de sua história em guerras, em questões escravistas, disputas econômicas e políticas, sendo muitas vezes compactuante com o poder estatal constituído, e em alguns casos, opositor a ele. Alves (1979) ressalta que a defesa de seus interesses não é necessariamente contrária à adoção de uma fé sincera, nem significa que a pura crença só ocorra fora da Igreja institucional. Em algumas concepções de religião, a defesa tradicional de interesses institucionais é essencial para a promoção da fé. Dentro dessa ótica, já que a salvação só pode vir através da Instituição, a Igreja necessita desses recursos para desenvolver sua missão com eficácia. A tendência de proteger interesses organizacionais tem sido e continua sendo um elemento chave no envolvimento da Igreja Católica na política. Hoje, isso se torna especialmente verdadeiro em relação à necessidade de a Igreja manter um grau de unidade e coerência

É fato que o Catolicismo tem uma enorme capacidade de promover mudanças internas e desenvolver novos vínculos com a sociedade como um todo, inclusive com o sistema político. Entretanto, é preciso evitar generalizações e determinismo, [...] devemos evitar reduzir a análise de uma Igreja ou movimento a um problema de classes. [...]. A Religião pode ser uma força poderosa na determinação da orientação política, frequentemente até mais importante que a classe. Além disso, a mudança política não modifica inevitavelmente a maneira pela qual as instituições ou movimentos vêm a si próprios. (MAINWARING, 1989, p.26) Quando discutimos a Igreja Institucional especificamente no Brasil, devemos pensá-la a partir de sua representante a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Sua criação está relacionada a uma preocupação em se manter a unidade da Igreja frente as divergências entre os chamados católicos progressistas e conservadores, que se agravavam no contexto social e político observado na sociedade brasileira entre fins da década de 1940 e década de 1950.

Durante o Estado Novo, a Catolicismo manteve uma estreita colaboração com o governo. Isso ocorreu porque a Igreja Hierárquica, via nele uma forma de resguardar

sua autoridade frente à sociedade e combater a ameaça comunista. Além disso, através da política nacional-desenvolvimentista, também encontrava meios de se opor aos ideais básicos do capitalismo burguês e exaltar o nacionalismo. Com o fim do Estado Novo, a Igreja buscou novas formas de se relacionar com o Estado, mas mantendo a práxis que se firmara com Dom Leme de acercar-se do Estado através de grupos de pressão e amistosas relações pessoais com os governantes desestimulando a criação de um partido Católico.

Nas eleições de 1945, párocos vigários, lideranças leigas foram conclamados a lembrar aos fiéis o dever do voto. A estratégia do clero era de se manter rigorosamente alheio as lutas partidárias, um acordo com o novo governo independente de qual fosse ele. Entretanto, mesmo não tomando uma postura política partidária, a Doutrina Católica não deixava de conclamar a seus fiéis a fazer o exame de qual era a posição do candidato frente a Igreja, ou seja, a adesão deste em sua vida pública ou privada aos princípios Católicos.

Orientavam também sobre as posições da Hierarquia frente aos debates do momento em torno do Capitalismo crescente e a chamada ameaça Comunista no país, já que o Catolicismo traz restrições tanto ao capitalismo extremado como ao Comunismo. Reis (2003), destaca que até fins da década de 1950, a problemática que dominava os pronunciamentos da Igreja Católica no Brasil era uma problemática apologética de autodefesa, produto tanto da transformação social que passava a sociedade civil brasileira e que, no limite, continha uma crítica corrosiva à religião dominante, quanto da insistência em afirmar a validade de uma pastoral bem ao gosto das elites tradicionais.

Os problemas abordáveis dentro desta problemática diziam respeito antes de qualquer coisa, à manutenção da ordem social e à defesa dos direitos inerentes a uma sociedade perfeita, de origem divina; à inalterabilidade de sua doutrina, à malignidade de um mundo corrompido porque sempre mais afastado de Deus e da verdadeira Igreja, a Católica. Como contraparte desta face defensiva, lentamente, uma outra face começava a emergir. Alguns setores da Hierarquia sentiam uma vontade de conquista, ou seja, de uma Igreja mais voltada aos anseios populares e à justiça social. Mas tal vontade se mostrou impotente neste período, pois não se concretizou em pautas de ação adequada e, portanto, não obteve o desenvolvimento desejado. Nessa necessidade de buscar ações mais ordenadas de evangelização frente a uma sociedade em mudança, sem deixar de influenciar ou participar dessas mesmas mudanças foi criada a CNBB. Fundada em um Ato oficial, uma reunião muito simples, a 14 de outubro de 1952, numa sala do Palácio São Joaquim. . No contexto da criação da organização estrutural da CNBB, não se pode esquecer a grande importância que tiveram as experiências e ações da Ação Católica Brasileira, da Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). A primeira contribuiu de forma prática com a recém criada CNBB, pois a estruturação dos serviços pastorais que a Ação Católica Brasileira havia montado com base

aos Departamentos Nacionais foi basicamente aproveitada pela CNBB, através da criação de seus Secretariados Nacionais. Tal estruturação visou dinamizar, coordenar e atualizar, na unidade, a ação pastoral de todo o episcopado, em comunhão com as diretrizes da Santa Sé. Já a JOC e JUC, através de sua militância política, levaram o bispado brasileiro a uma organização mais efetiva e prática de suas ações pastorais. Gradualmente, A CNBB criou mecanismos (secretariados e pastorais) para acompanhar as ações desses movimentos, tentando mantê-los ao máximo sobre a égide da Igreja. O objetivo central da CNBB, era coordená-los e combater a significativa influência dos ideais comunista nestas organizações.

A partir da década de 1960, a Igreja inicia um profundo processo de mudança. No âmbito externo, acontece o Concílio Vaticano II, que buscou um direcionamento das ações eclesiais para uma maior aproximação com camadas populares, a chamada “opção preferencial pelos pobres”. Tais determinações vão ser retomadas com grande ênfase na Conferência de Medellín (1968), que buscou discutir a ação da Igreja católica na América Latina, frente aos problemas relativos à justiça, à paz, à família, à demografia e à pobreza desse Continente. No aspecto político, nessa mesma década de 1960, a Igreja Católica Romana no Brasil estava extremamente dividida, tanto na hierarquia como na base leiga.

Desde a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart, observa-se um agravamento das cisões no seio da Igreja. Nenhuma manifestação oficial da CNBB questionou a legitimidade do governo Goulart, muito menos sua orientação política. Nesta mensagem a Comissão afirmou que as desigualdades sociais não levam a paz anunciada e desejada pela encíclica, mas destacam “os grandes entraves de um país subdesenvolvido, em que as massas populares não participam do processo brasileiro, onde subsistem a miséria e a mortalidade, [...] no meio rural e urbano” .

A declaração foi recebida pelo governo como um assumido apoio por parte da cúpula do episcopado brasileiro, ou seja, a Igreja Institucional, às Reformas de Base . A declaração surpreendeu também pelo tom progressista com que denunciava a ordem vigente no país. A CNBB saiu em defesa de profundas transformações, aludindo explicitamente às reformas administrativas, fiscal, educacional e agrária. No item sobre reforma agrária, a declaração ressaltou que: [...] ninguém pode desconhecer a situação de milhares de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar do nosso desenvolvimento em condições de miséria que constituem um afronto à dignidade humana, e por isso mesmo, a desapropriação por interesse social é coerente com a Doutrina Social da Igreja, não constituindo ataque ao direito de propriedade (CNBB,1963) . É evidente que essas ações e pronunciamentos de caráter mais progressista receberam críticas por parte dos setores mais conservadores da hierarquia católica, gerando atritos entre hierarquia e movimentos leigos. Camargo, Opierucci e Souza (1995), relatam que um dos mais notórios exemplos desses conflitos ocorreu em 1961. Mensagem da Comissão

Central da CNBB 30/04/1963. In: (CAMARGO; PIERUCCI e SOUZA, 1995) . REIS D. (2000, p,24), explica que as Reformas de Base pretendidas por Goulart tinham sete áreas chaves: reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma tributária, reforma eleitoral, reforma do estatuto do capital estrangeiro e reforma universitária. Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30/04/1963. In: (CAMARGO; PIERUCCI e SOUZA ,1995).

A Comissão Episcopal da Ação Católica e dos Apostolados de Leigos advertiu aos dirigentes militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), para que não se deixassem envolver pelas tendências e soluções socialistas, doutrinas essas que geram a violência e a não conformidade com os objetivos sociais e apostólicos da Ação Católica. Assumindo posições de liderança na União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiando reivindicações do sindicalismo rural e de conscientização política em níveis regionais, a JUC, acabou assumindo uma postura da qual as limitações impostas pela hierarquia, restringiram seu campo de ação. Com advento do golpe de 1964, a JUC foi duramente reprimida, tanto pela hierarquia católica como pelo regime militar, o que culminou em sua extinção em 1966. Bispos da província eclesiástica da Bahia se manifestaram em março de 1964, alertando que a situação de injustiça social predominante no Brasil estava servindo de pretexto para vitória de interesses políticos obscuros, e conclamaram a população para “a volta decidida e heroica do fervor democrático cristão, repudiando o comunismo e seu ameaçador avanço nas terras do Brasil”.

Mesmo dividida, a Hierarquia Católica em sua maioria, atuou no sentido de evitar um esquerdismo exaltado pelo fervor comunista. A imprensa de orientação conservadora apoiou e se solidarizou com a Igreja quando seus pronunciamentos seguiram essa via de orientação. Angelo (2009) reforça o grande temor de setores da direita, ligados a Igreja Católica em relação as Reformas pretendidas por Goulart. Em 19 de março de 1964, foi realizada em São Paulo, a Primeira Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, onde Donas de Casa, segmentos da classe média e religiosos marcharam nas ruas protestando contra aquilo que acreditavam ser a instalação da desordem e da degradação da família no país. Fico (2005), ressalta que Marchas como essa, foram realizadas em outros municípios brasileiros entre abril a junho desse mesmo ano, detalhando especialmente a que foi feita no Rio de Janeiro, em 02 de abril, que conhecida como “Marcha da Vitória”, que tinha como principal objetivo a oposição a Brizola, governador do Rio na época e grande aliado do ex-presidente João Goulart. Não se pode perder de vista que essas Marchas embora contassem com grande envolvimento de membros do clero católico, não foram organizadas ou apoiadas diretamente pela CNBB.

Quando ocorreu o Golpe Militar de 31 de Março de 1964, e foi deposto o presidente João Goulart, as elites mais conservadoras gradualmente foram perdendo seu interesse pelos movimentos da Cruzada pelo Rosário em Família, uma vez que seu objetivo maior, que era afastar o perigo vermelho, foi atingido. A CNBB por sua

vez, demonstrou uma notória ambiguidade frente ao golpe. Por um lado, ela tentou reafirmar sua aliança com o Estado, como observamos no pronunciamento emitido por essa instituição no dia 3 de junho de 1964: Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da nação .

A Igreja Católica oficial mantinha-se em apoio ao regime civil-militar e suas ações, principalmente com relação à censura de costumes e no combate ao comunismo. O cardeal-arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, deu sua benção à censura prévia de publicações principalmente aquilo que consideravam “abusos de prazeres sexuais” (ALMEIDA, 1998, p. 342). Porém, o grande problema deste apoio católico à censura é que ele ajudava a legitimar tais práticas pelos ditadores.

Por outro lado, perplexa pela violência praticada pelo regime militar, a CNBB lembrou neste mesmo documento, a necessidade de que os acusados não fossem punidos pela força e tivessem direito a defesa. Pois a restauração da ordem social não viria apenas com a condenação teórica e policial do comunismo. Portanto, os bispos Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964 declararam-se prontos para facilitar, acatar e prestigiar a ação governamental, mas não silenciariam sua voz em prol da defesa dos pobres e das vítimas da perseguição e injustiça.

É importante frisar que não houve um compromisso assumido entre Igreja e Estado Militar. O combate ao comunismo era um ponto comum de ambos. Todavia, a Igreja não recebeu com satisfação o fato do novo governo não ter buscado apoio com ela para sua legitimação, já que o preâmbulo do Ato Institucional N° 1, assim afirmou: “a Revolução Vitoriosa, enquanto poder constituinte, se legitima a si própria” (CAMARGO, PIERUCCI e SOUZA, 1995 p.370).

Mainwaring (1989) destaca que entre 1964 e 1968, a CNBB preocupou-se mais com sua ordem interna do que com a política e com a ação social. Nem mesmo as novas diretrizes pastorais determinadas pelo Concílio Vaticano II, ou a crescente constituição da Teologia da Libertação foram suficientes para que ela assumisse como prioridade a defesa da justiça social. Contrastando com os anos anteriores ao Golpe, a CNBB se limitava a tratar, em seus documentos oficiais, de questões ligadas às celebrações litúrgicas e de formulações abstratas que, embora criticassem o capitalismo, taxando-o de injusto e opressor, nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico adotado. Entre fins da década de 1960 até a de 1980, a representação da Igreja Católica Apostólica Romana no

Brasil estava fortemente dividida em relação ao papel político que lhe cabia frente à Ditadura Militar.

Os bispos estavam agrupados mais ou menos em três alas, que de certa forma representavam tanto a posição do clero quanto a dos leigos: Uma era a ala denominada de progressista, cuja liderança de maior destaque era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Os bispos deste grupo pregavam contra a violência do governo e contra a injustiça social provocada pelo modelo econômico vigente, atacando diretamente as políticas do governo, que haviam contribuído consideravelmente para o aumento da desigualdade econômica. Por tal pregação este grupo foi taxado de radical. A segunda ala era aquela conhecida como conservadora, da qual Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, foi a liderança de maior relevância. Este grupo representou o pensamento da direita e se opôs aos progressistas. Denunciavam a ameaça comunista no Brasil, qualificando-a de subversiva, e manifestaram grande apoio ao regime militar. A terceira ala ficou conhecida como moderada, e era formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. Eles temiam pela sobrevivência da Igreja numa eventual luta contra o governo. Todavia defendiam também mudanças na área de política social. Os moderados tendiam a se unir aos progressistas, formando assim a maioria, sempre que o próprio clero era vítima de torturas e vexames. Quando lutavam para proteger a si mesmos, os bispos estendiam o seu discurso a todas as vítimas da opressão. Seu instrumento de ação era a Comissão de Justiça e Paz, vigorosamente apoiada pelo arcebispo Arns em São Paulo. Nesta Comissão trabalhava um pequeno grupo de sacerdotes, voluntários leigos e advogados que se esforçavam para localizar presos políticos e dar-lhes representação legal e aconselhar as famílias. Às vezes não podiam fazer mais nada que aconselhar. O ano de 1968 pode ser considerado um marco de virada para o posicionamento político da hierarquia católica brasileira. A Decretação do AI-5 provocou grande agitação na relação Estado e Igreja. Dom Evaristo Arns destaca que o mesmo foi recebido pela CNBB como ameaça a toda e qualquer liberdade em nossa terra. A CNBB, sob a presidência de Dom Aloísio Lorscheider e de seu Secretário Geral, Dom Ivo Lorscheiter, lutou bravamente e conseguiu formar a Comissão Bipartite, uma Comissão informal, basicamente secreta, formada por militares e bispos para discutir as relações entre as instituições que representavam em favor da liberdade e das mudanças indispensáveis no Brasil. A partir desse ano, a CNBB passou a abandonar as generalizações de seu discurso e assume declaradamente a defesa dos direitos humanos. 1968 foi também o ano em que se iniciaram as primeiras experiências efetivas das CEBs no Brasil; o ano que marcou o auge da repressão política no país; o ano da Conferência de Medellín, onde o episcopado latino americano, voltou sua atenção para as grandes injustiças que ocorriam na América Latina. Outro ponto que deve ser lembrado, é que em 1968, foi a primeira vez que a CNBB emitiu um parecer crítico mais aprofundado sobre a

Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Isso mostra que não havia no ano do golpe Militar um conhecimento amplo dessa Doutrina pelos setores civis que apoiaram a intervenção militar, na crença de que os mesmos pleiteavam restaurar a democracia. Não queremos com essa afirmativa colocar o clero brasileiro, especialmente os conservadores, em uma situação de ingenuidade mediante a DSN. Queremos apenas frisar que quando a chamada Linha Dura Militar chegou ao poder, a partir do governo do Marechal Costa e Silva, e quis por em prática os princípios centrais dessa Doutrina, ensinados somente nos meios militares como, por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG), causou surpresa em setores civis que apoiaram o golpe, entre eles, o clero conservador. No ano de 1963, a Comissão Central da CNBB 30/04/1963, publicou uma Mensagem da sobre o assunto. Entre os dizeres desse documento, destacamos os seguintes pontos: [...] A Igreja católica, na hora presente, não pode fugir de uma leal colaboração com o governo em todos os setores onde se procure sinceramente a verdade, a justiça, a liberdade e o amor. Os bispos tem o direito a essa colaboração sob dois títulos; por serem cidadãos dessa pátria, [...] e por serem pastores da Igreja, aos quais cabe uma missão de serviço, de solidariedade e comunhão com os sofrimentos e as aspirações de seus cidadãos. [...] Como pastores da Igreja, os bispos não são movidos por motivos político-partidários, mas unicamente pelo bem comum, que inclui a dimensão política. Por vezes, seu dever de colaborar pode assumir a forma de denúncia franca e leal contra a violação dos direitos ou das liberdades fundamentais. Para que esta necessária colaboração seja possível, deve ser assegurada à Igreja (como a qualquer outro grupo ou associação, liberdade e respeito. [...] o diálogo entre Igreja e Estado se tornou mais difícil, nesses últimos tempos. [...], nota-se nos militares e no governo a preocupação de limitar a ação da Igreja à esfera do estritamente espiritual. (PETRUCCI; PRANDINI e ROMEU, 1986, p. 128).

Ao longo de 1970, os conflitos entre religiosos e militares prosseguiram. Prisões periódicas de padres se alternavam com denúncias de bispos progressistas de atos de torturas e arbitrariedades cometidas pelo governo. Com o aumento da repressão sobre a Igreja o resultado foi o aumento da oposição da Hierarquia católica contra o regime militar, inclusive de vários segmentos conservadores. Cancian (2011, p.75) afirma que “[...] o engajamento e trabalho da Igreja nas áreas da promoção da justiça e igualdade social, defesa dos direitos humanos, ação política contestatória e luta pela redemocratização do país [...]”, além de possibilitar uma superação na imagem conservadora da instituição eclesiástica, tornaram-na o mais importante centro de oposição pública do regime militar no país, se convertendo assim num espaço de significativa liberdade de organização, que contava com a proteção da hierarquia. Isso acabou aproximando movimentos sociais, sindicatos, movimento estudantil e alguns setores da esquerda que viram no catolicismo brasileiro um aliado nas denúncias contra as arbitrariedades do governo. Reis (2003) chama a atenção que mesmo tendo uma postura de oposição a CNBB não endurecesse seu discurso,

mantendo o tom de moderação, buscando evitar um confronto mais sério entre Igreja e Estado. Ela também tenta mostrar um distanciamento com a esquerda mais radical ao se declarar contra a qualquer tipo de ação radical.

Nesse sentido, condenar os atos considerados terroristas como sequestros de embaixadores e assaltos a bancos para o financiamento de guerrilhas, praticados pelos grupos de extrema esquerda, foi uma forma que a Igreja encontrou para buscar uma abertura para dialogar com o governo e obter a simpatia das elites conservadoras e da classe média. A guisa de conclusão, cabe destacar que quando analisamos a postura da Igreja Católica enquanto Instituição em relação ao Regime Militar devemos evitar generalizações e entender as pressões internas dentro da própria instituição, que não abre mão de seu papel de ser a condutora de seus fiéis para o reino dos céus. Também não devemos cair no simplismo de concluir que o catolicismo brasileiro alterou seu posicionamento apenas por conveniência ou interesses de manutenção de poder ou prestígio nesse dado contexto histórico. Afirmamos que tal conclusão é imprudente porque não contemplaria a complexidade do entendimento da ordem Institucional. Tal ordem tem como objetivo a manutenção de poder e da hierarquia católica, mas acima de tudo da unidade da Igreja. Este último ponto implicou em mudanças de posicionamentos políticos e em concessões dos grupos que detinham o poder, dentro da instituição eclesial, a outros grupos que não detinham poder de decisão nas determinações da ação pastoral da Igreja. Além disso, quando a hierarquia viu seu monopólio de orientar, investigar e julgar os membros da Igreja, principalmente o clero, usurpado pelo regime militar, que moveu várias ações contra sacerdotes católicos, a Hierarquia agiu no intuito de preservar sua autonomia frente ao Estado e o Monopólio da disciplina de seus membros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. A Igreja Católica e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELO. Vitor Amorim de. Luta armada no Brasil. São Paulo: Editora Claridade, 2009.

CAMARGO, C. P. F.; PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B.M. Igreja Católica: 1945 – 1970. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da Civilização brasileira. III. O Brasil republicano. Vol. 4º. Economia e cultura (1930-1964), 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand S.A, 1995.

CANCIAN, Renato. Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora Claridade, 2011. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). As relações entre Igreja e Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est I 51 Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

FICO, CARLOS. Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. O Golpe de 1964. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. HOBBSBAWN, Eric. A Volta da Narrativa. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCELINO, Douglas Attila. Subversivos e Pornográficos. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

Mensagem da Comissão Central da CNBB 30/04/1963. In: FREI ROMEU & PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F.. (ORG.). As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964- 1968. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. Cadernos Pagu (11), p. 89-98, 1998.

REIS, Ailton Marcos dos. As relações entre Ditadura Militar e Igreja Católica no Brasil: A problemática dos Direitos Humanos (1968-1974). 2003. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

WEBER. Max. A ética protestante e o espírito do Capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO: Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brasil Imperial 104

C

Carismas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 64

Comunidade cristã 12, 31

Corpo 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 32, 40, 41, 44, 45, 46, 63, 67, 94, 122, 128, 129

D

Defesa da dignidade 38, 39

Direitos Humanos 8, 9, 11, 60, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 91, 97

Ditadura Militar 1, 2, 8, 10, 11

E

Eleitorado Evangélico 99, 103

F

Fundamentalismos 71, 80

H

Hegemonia 5, 91, 94

I

Igreja católica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 26, 32, 69, 84, 85, 104, 107, 110, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Intolerância 58, 77, 78, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98

L

Laicidades 71

M

Memória e História 60, 61

Mulheres 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 76, 80, 85, 94, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126

N

Natureza 25, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 56, 60, 61, 63, 73, 84, 87, 119, 121, 122, 127

P

Pastorais sociais 60, 61, 62, 66, 68

Perseguição 7, 23, 75, 90

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 34, 41, 46, 51, 65, 66, 73, 74, 75, 78, 79, 83, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 114, 123

R

Reformador brasileiro 104, 108, 113

Religião 1, 3, 4, 21, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 103, 105, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 129

Religião afro brasileira 90

Religiosidade brasileira contemporânea 71

S

Sexualidade 1, 2, 76, 94, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 129, 130

Sociedade 2, 3, 4, 11, 34, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 56, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 95, 96, 97, 105, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 125, 129

Submissão 32, 53

T

Técnicas de si na Sexualidade 116

V

Violência 6, 7, 8, 43, 45, 58, 90, 92, 93, 95, 96, 97

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-685-0

